



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 28-2018 – SIAM nº 0612360/2018			
PA COPAM Nº: 1760/2002/005/2018		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: MinaSilicio GMA Mineradora Ltda		CNPJ: 03.421.019/0001-08	
EMPREENDIMENTO: MinaSilicio GMA Mineradora Ltda		CNPJ: 03.421.019/0001-08	
MUNICÍPIO: Jequitibá		ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Não há incidência de critério locacional.			
CÓDIGO: A-03-01-8	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17): Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. Produção bruta (m³/ano): 30.000,00	CLASSE 3	CRITÉRIO LOCACIONAL 0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Luciene O. Cardoso – Engenheiro de Minas Neorice C. P. Rosa - Arquiteto e Urbanista		ART: 14201800000004545631 CREA – MG: 04.0.0000179901 RRT SIMPLES: 0000007041439 CAU/BR: A111134-5	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Danielle Baere de Oliveira Apoio Técnico/SUPRAM CM Engenheira Ambiental		79336	
Icaro Sannazzaro Rossi de Oliveira Estagiário supervisionado SUPRAM CM		-	
De acordo: Liana Notari Pasqualini Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.312.408-6	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 28-2018

O empreendimento MinaSilício GMA Mineradora Ltda atuará no ramo minerário, exercendo suas atividades no município de Jequitibá – MG. Em 04/06/2018, foi formalizado, na Supram CM, o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado de nº 17419/2009/001/2018, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é “extração de areia para uso imediato na construção civil” com produção bruta de 30.000,00 m³/ano. O porte do empreendimento justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional zero. O empreendimento possui a titularidade do direito minerário nº DNPM 831.568/2017 para extração de areia e cascalho para uso na construção civil.

Localizado as margens da rodovia MG 238, km 4, na fazenda Vargem Grande, o empreendimento será implantado em uma área de 80.600 m², e desenvolverá suas atividades em um turno de trabalho com 5 funcionários.

Para a extração da areia e do cascalho, o empreendimento utilizará o método de lavra a céu aberto em terraço aluvionar, por desmonte mecânico. O beneficiamento da areia e do cascalho extraído será apenas por classificação em peneiras. Como se trata de areia e cascalho, não há rejeito ou estéril.

O processo de desmonte e o transporte do material será realizado por uma retroescavadeira até os caminhões e este até o pátio de estocagem para o armazenamento da areia e do cascalho e posteriormente destinados para os consumidores. O local onde será realizado o armazenamento da areia e do cascalho é provido de uma canaleta para direcionar a águas (pluviais e a contida no material) através de caimento natural a uma caixa de decantação direcionada ao leito do rio.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se o consumo de água, emissão atmosférica, emissão de ruídos e vibrações, aumento da turbidez a jusante, erosão do solo e das margens do curso d'água, poluição do leito do rio e contaminação por óleos e graxa, geração de resíduos sólidos e efluentes sanitários.

O consumo de água será em média de 0,02 m³/dia, apenas para consumo humano, e será fornecida em galões de água mineral. Consta no RAS que o uso de água para abastecimento de sanitários e refeitórios ocorrerá na base operacional do empreendimento licenciado por meio do PA COPAM nº 01760/2002/003/2011.

As emissões atmosféricas serão provenientes de material particulado gerado na lavra e de gases veiculares. Este impacto será mitigado por meio de aspersores ou caminhão pipa e pela manutenção preventiva das máquinas e caminhões.

Os ruídos e vibrações, serão provenientes dos motores da peneira e dos caminhões/máquinas. A medida de controle proposta é a manutenção preventiva.

Quanto ao aumento da turbidez, esta será proveniente de partículas sólidas projetadas para o interior do rio. Para mitigar o aumento da turbidez a jusante, será implantada uma bacia de decantação e contenção de partículas sólidas. Consta nos estudos apresentados pelo



empreendedor, que a área de lavra está a mais de 30 metros do ribeirão, evitando assim a contaminação por partículas sólidas e o aumento da turbidez.

O processo de erosão do solo e das margens do curso d'água será proveniente do carreamento dos sólidos pela ação das águas pluviais. Como medida mitigadora, foi proposto o monitoramento dos cortes e aterros, a proteção das canaletas, bem como a construção de pequenos diques para desvio da água de chuva e a manutenção da mata ciliar para preservação das margens do rio com a revegetação dos taludes e plantio de gramíneas. Ressalta-se que conforme o art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 o recuo entre a margem do rio até a área de instalação das obras deve ser de 30 metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura.

Referente a poluição do leito do rio pela água com partículas finas em suspensão, esta será proveniente da pilha de areia e cascalho. Foi informado no RAS como medida mitigadora a ser implantada na pilha de areia e cascalho a construção da caixa de contenção e decantação de partículas sólidas.

A contaminação do solo e água com óleos e graxa será provenientes do manuseio, abastecimento, manutenção e lavagem dos equipamentos. Consta nos estudos apresentados que a manutenção dos equipamentos será de forma preventiva e que a lavagem dos mesmos será realizada em instalações nas cidades de Sete Lagoas ou de Jequitibá.

Quanto a geração de resíduos sólidos e efluentes sanitários, consta no RAS que o empreendimento conta com o certificado de licença de operação nº 208/2013, processo COPAM nº 01760/2002/003/2011 para a atividade "Unidade de Beneficiamento de Minério" com as instalações da "Base Operacional Jequitibá". Para exercer a atividade objeto deste LAS, serão utilizadas as estruturas sanitárias existentes nesta base operacional. O gerenciamento de resíduos sólidos também ocorrerá nas estruturas já licenciadas.

Para exercer a atividade objeto deste licenciamento não é necessário outorga, pois segundo as informações contidas no Relatório Ambiental Simplificado, a extração da areia e do cascalho será realizado pelo método de lavra a céu aberto em terraço aluvionar.

Conforme o estudo apresentado, o empreendimento será implantado em área antropizada não havendo a necessidade de supressão de vegetação, apenas a retirada de arbustos rasteiros e vegetação herbácea. Foi informado que os impactos sobre a fauna podem ser considerados de pequena magnitude devido ao empreendimento se instalar em uma pequena área de várzea a mais de 30 metros do Ribeirão das Neves.

Quanto a recomposição da área de lavra ao final dos trabalhos, foi proposto no RAS a estabilização da área com a conformação e revegetação dos taludes, bem como a delimitação da drenagem. Os impactos advindos das atividades serão mitigados conforme descrito nos parágrafos anteriores.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "MinaSilício GMA Mineradora Ltda" para a atividade de "Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil", no município de Jequitibá -MG", pelo prazo de 10 anos", vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “MinaSilício GMA Mineradora Ltda”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-CM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “MinaSilicio GMA Mineradora Ltda”.

1. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>anual</u>

Relatórios: Enviar, anualmente, à Supram Central Metropolitana os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.